

IX

Literatura angolana contra a (des)ordem colonial*

Rita Chaves

Passados tantos séculos, a cada dia vemos confirmada a percepção de que a famosa expansão europeia no século XV impôs a ideia de um patrimônio universal como parâmetro para o funcionamento da história das terras e das gentes, servindo como um regulador da vida social, da vida material, do universo simbólico que preside tantas ações nas terras invadidas. Noutras palavras, o pretexto de buscar as famosas especiarias que teria levado mar a fora os portugueses foi determinante na formação de um modelo de homem que persistiria até os nossos dias. Assim, continuamos a reconhecer como civilizado o que identificamos como europeu - sua arte, sua religião, seu modo de vestir, sua gastronomia, seu modo de governar, de amar e mesmo de sentar à mesa. E sabemos que a desmontagem de sua hegemonia, tarefa urgente, passa, mesmo sem a negação da validade de seu patrimônio, pelo questionamento de algumas de suas expressões culturais e pela construção de discursos de resistência com que a literatura tem se identificado.

Alguns sucessos que temos vivenciado nas últimas décadas são indicativos de que, apesar do quadro ainda nos parecer desanimador, a noção de superioridade, tão inquestionável por tanto tempo, já sofreu alguns abalos. Se olhamos para trás, para o que aconteceu ao mundo desde que se construiu aquilo que a linguista canadense Mary Louise Pratt chama de visão planetária, observamos que estivemos sempre ameaçados pela supremacia do singular sobre o plural. Foi a imposição do singular sobre o plural que transformou a história das navegações na história das conquistas. Isto é, foi a recusa da identidade do outro que justificou o processo de dominação e concedeu ao conquistador o direito à violência, com as derivações que nos desestabilizam até o presente.

Nem sempre vistas com a atenção que merecem, as literaturas africanas oferecem-nos a chance de enfrentarmos muitos problemas daí decorrentes e de formularmos diferentes percepções desse fenômeno. A leitura desse repertório ajuda-nos a recordar que a crença na superioridade insofismável de um mundo sobre o outro é a base do projeto colonial e foi o que levou à inter-

*DOI – 10.29388/978-65-86678-09-3-0-f.163-174

rupção do processo histórico do continente africano, cujas consequências continuamos a enfrentar. Para Achille Mbembe:

[...] o alargamento do horizonte espacial europeu decorre juntamente com o controle e a contração da sua imaginação cultural e histórica e, até em alguns casos, com um relativo enclausuramento do espírito. (2014, p 38)

A observação do Mbembe coloca em xeque uma crença que ainda domina certos setores do pensamento e da produção da ciência: a noção de que a expansão potenciou as trocas e ampliou o conhecimento. E que permanece firme na formulação de conceitos que modulam as ciências sociais e os estudos literários. Desse perigo não estamos livres nós, os professores dessas literaturas que no terreno da academia somos marginais e acabamos por ter o pensamento enredado pelas elaborações que desenham um universalismo efetivamente comprometido com uma parcela específica da humanidade. Entretanto, a possibilidade de avançar contra algumas cercas se reforça quando confrontados com os mundos tipificados do discurso hegemônico somos levados a ver o caráter tão relativo da universalidade que ele consagra. Se é no confronto que nos damos conta da resistência multiplicada em tantos campos, o debate à volta das literaturas africanas parece propício para uma reflexão sobre as redes da hegemonia considerando que essas literaturas nascem e se situam no coração das contradições, ou seja, a sua existência expressa à partida uma grande necessidade e uma enorme capacidade de resistir. Tem sido uma marca de sua trajetória a necessidade de lutar contra o apagamento de identidades e capacidade de construir formas de fundar ou refundar espaços identitários. Pode-se argumentar recordando que é esse o eixo da história das literaturas em espaços periféricos, e é verdade, todavia é fácil notar que no continente africano essa questão ganha contornos especiais.

A discussão pode começar com o próprio conceito de literatura com que trabalhamos e com a concepção de escrita que cultivamos. Para nós, e também para os africanos, deve-se destacar, o direito à escrita é um dos direitos inquestionáveis. Todos nós quando pensamos nos direitos humanos, destacamos a educação e reclamamos um lugar para a leitura, tendendo a ver a literatura como uma parceira fundamental na democratização do mundo e na humanização, papel que ela efetivamente desempenha. Entretanto na história da dominação, é fácil detectar a força da escrita na hierarquização de valores e no apagamento das alteridades. Nesse processo de singularização da humanidade

estão enraizadas a disseminação de preconceitos e, conseqüentemente, a afirmação da inferioridade do continente africano e de seus habitantes.

Se todos os povos e lugares são inventados, nenhum espaço do mundo enfrenta de maneira tão violenta a sua imagem projetada pelo invasor como a África. Inicialmente trabalharam para isso os relatos de viagem e os tratados de história natural, cuja escrita investe vivamente em formas que cortejando a objetividade buscam compor um olhar imparcial, apoiado, contudo, na particularização das especificidades dos territórios e de suas gentes, vistos sempre sob os paradigmas estabelecidos por outros.

Na leitura desses textos, nos quais as descrições ocupam um espaço extraordinário, traduzindo muitas vezes o espanto e o deslumbramento diante de paisagens inesperadas, impressiona a objetificação dos homens. O sujeito que escreve subtrai ao que lá estava qualquer hipótese de protagonismo, colocando-o no máximo como mais um elemento do cenário. Nada teve vida antes que esse olhar estrangeiro captasse, como se fosse o seu olhar a energia capaz de inaugurar a existência de tudo. Voltamos aqui à Pratt, recorrendo a sua bela expressão “monarca de tudo o que vejo” para definir essa sensação de inaugurador que o invasor experimenta.

Depois viriam os textos literários a confirmar a subalternidade do observado e, desse modo, justificar o lugar que a ordem capitalista lhe reservaria no mundo. O tráfico de escravizados e a desumanização das condições de vida na diáspora foram fatores decisivos para compor o que Mbembe chama de “momento gregário do pensamento ocidental”. Mas o processo foi sacralizado pelas páginas e páginas que foram escritas sobretudo a partir do século XVIII, representando o “negro como uma figura pré-humana incapaz de superar a sua animalidade, de se reproduzir e de se erguer à altura de seu deus.”(MBEMBE, 2014, p. 39)

A insistência na configuração da anomia do outro, nesse caso o negro, será uma prática que afetarà o itinerário do romance inglês no século XVIII e atravessará fronteiras. Segundo Edward Said, o romance inglês não existiria sem o império e nós sabemos que o império não existiria sem a espoliação do não-europeu. O triunfo do individualismo e, ao mesmo tempo, a ameaça que ele representa são temas que ganham força no gênero literário e participam desse processo de diluição da humanidade do outro. Vale observar que nem mesmo o Romantismo, com sua sedução pelos “selvagens”, conseguiu minar a energia dessa maneira de ver o mundo. Os filtros com que se considerava a presença das alteridades limitavam o caráter libertário pretendido pelos românticos.

Atravessando os tempos, a projeção desse pensamento redutor na literatura chega ao século XX, como nos alerta o nigeriano Chinua Achebe, que localiza ecos desse perigo em um clássico como *O coração das trevas* (1902), de Joseph Conrad. Considerado por muitos como uma narrativa anti-colonial, portadora de um olhar crítico da visão europeia sobre a África, a obra recebe de Achebe uma leitura ácida, especialmente em função do que é encarado por ele como sinais da anulação do africano. Com particular veemência, ele destaca algumas passagens que seriam reveladoras do abismo entre o sujeito que escreve e aquele que é focalizado:

Éramos errantes em uma terra pré-histórica, uma terra com o aspecto de um planeta desconhecido. Poderíamos fantasiar que éramos os primeiros homens a tomar posse de uma herança maldita (CONRAD, p.86).

Para Achebe, a fantasia de serem os primeiros homens condicionou a produção de imagens que encerra a visão disseminada do continente africano e de sua gente. Depois dos textos científicos e dos textos literários, ele afirma, viriam o cinema e o jornalismo perpetuando as bases do tal pensamento gregário do ocidente. A leitura que faz de Conrad é problemática porque é parcial, afirmam alguns críticos de Achebe. E talvez seja, mas devemos nos perguntar que leitura não seria parcial de qualquer obra literária. Na realidade, o que importa aqui é justamente observar como é raro termos uma leitura do “invadido”, e como o lugar do qual um adulto que foi criança num protetorado britânico interfere no seu modo de ler um escritor conectado com o império.

Em dois textos muito interessantes da coletânea precisamente intitulada *A educação de uma criança sob o protetorado britânico*, Achebe vai dissecando as marcas de um percurso tão acidentado como o do africano que se torna consciente do lugar que ocupa e do lugar que deve ser o seu. Diante dos ardis do colonizador, como responder? Noutras palavras, num quadro assim, como construir a resistência e seus discursos?

Tal indagação que de diversos modos é elaborada no universo da literatura vai nos conduzir ao coração das contradições. Porque a escrita, que foi usada externa e internamente como arma de negação, será procurada como um instrumento de afirmação. Em países como Angola e Moçambique sobretudo a partir dos anos 40, a escrita é percebida como um meio contra as sequelas que a empresa colonial impunha. E será sobretudo a escrita literária a modalidade que mais intensamente será praticada como um gesto associado à ruptura e à instauração de uma outra ordem.

Trata-se de uma opção efetivamente mergulhada num mar de águas revoltas. Para evitar o risco das generalizações, escolho o caso de Angola, onde nos anos 40 forma-se em Luanda, a velha e eterna capital, um grupo de intelectuais que, sonhando com o fim do colonialismo, vai defender a organização de ações culturais como modo de conscientizar a população para a luta. E será a literatura, com a participação da música e do teatro, a estrela principal. Esse fato, reitero, levanta-nos alguns problemas, pois nos traz imediatamente a questão das matrizes orais da cultura angolana e a da língua a ser utilizada na escrita dos textos.

Diante do resultado da escolha, encarando de frente os limites e as condições em que foram produzidos esses textos, a literatura se define como um exercício de dupla traição. Se tivermos em conta que os escritores eram em certa medida homens privilegiados, porque num sistema nitidamente excludente dominavam a escrita, podemos dizer que eles traíam o regime que os havia privilegiado. Por outro lado, observamos que ao privilegiarem a escrita, eles se afastavam daqueles que queriam representar. Se não, como interpretar que eles escreviam em português, língua imposta pelo colonizador e desconhecida pela imensa maioria da população.

Estava aí uma das terríveis contradições com que se deparavam os escritores angolanos e com que ainda se deparam os escritores africanos de um modo geral. Como resistir na língua da dominação? Se a prática aponta o caminho das línguas europeias como o que tem sido mais usual, a questão não é pacífica e semeia algumas polêmicas. Uma das mais conhecidas foi a que confrontou o já citado Chinua Achebe com o queniano Ngugi wa Thiongo. Há argumentos poderosos dos dois lados. A opção pela escrita em língua africana, sem dúvida, parece responder às questões postas pela constituição identitária, como defende o queniano

A escolha de uma língua, bem como o uso a que se destina é fundamental para a auto-afirmação dos povos em relação ao seu meio natural e social, na verdade, em relação ao universo inteiro, uma vez que a língua esteve sempre no centro das duas forças sociais em conflito na África do século XX.

A contenda começou há cem anos atrás, quando em 1884 as potências capitalistas da Europa se sentaram em Berlim e retalharam o continente inteiro com uma multiplicidade de povos, culturas, línguas, transformando-o em diferentes colônias [...] A divisão traçada em Berlim, sob a qual a África ainda hoje vive, foi, apesar das reivindicações de diplomatas que invocavam a bíblia, claramente econômica e política, mas

também cultural. Berlim em 1884 concebeu a divisão da África nas diferentes línguas das potências européias. Os países africanos, como colônias e ainda hoje como neo-colônias, acabaram por ser definidos e por se definirem a si próprios por referência às línguas da Europa: países africanos de língua inglesa, de língua francesa ou de língua portuguesa (THIONG'O, 1987, p. 4-5).

As palavras de Thiong'o parecem claras e consistentes. Todavia, como ele próprio alude, a dominação colonial marcou a realidade africana, nela deixando marcas indeléveis. A "contenda" que começou lá atrás, condicionou o curso da História, e o resultado é que se nas línguas africanas melhor se pode definir a auto-afirmação de sua população, sua utilização potencializa a incomunicabilidade entre as partes que integram cada país. Raros são os países monolíngues e a opção por uma língua em detrimento de outras raramente se dá de forma pacífica. A tal contenda cristalizada na Conferência de Berlim funciona como uma espécie de bomba-relógio que a toda hora vemos explodir pelo continente afora. Quer dizer, na própria declaração do queniano insinua-se uma espécie de vírus que relativiza a densidade de sua posição.

O nigeriano, autor de *O mundo se despedaça*, *A flecha de Deus*, *Um homem popular*, entre outros títulos, adota uma posição mais pragmática.

É claro que há zonas da África onde o colonialismo dividiu um pequeno grupo étnico entre duas ou mesmo três potências. Mas, de um modo geral, o colonialismo juntou muitos povos que até então vinham seguindo seus diferentes destinos e deu-lhes uma língua através da qual se poderiam falar entre si. Se não logrou proporcionar-lhes uma canção, pelo menos deu-lhes um idioma com que suspirar. Não há muitos países em África onde se possa abolir a língua das antigas potências coloniais mantendo ainda a facilidade de comunicação mútua. Portanto, aqueles escritores africanos que escolheram escrever em inglês, francês (ou português) não são oportunistas antipatrióticos que só espreitam a possibilidade de uma chance fora dos seus países. Eles são produto do mesmo processo que formou as novas Nações-Estado de África (ACHEBE, 1975, p. 57).

Na perspectiva de Achebe, ele próprio habitante de um país com centenas de grupos étnicos, a língua estrangeira, a língua da dominação se apresenta muitas vezes como o caminho para a necessária unificação. Sem negar o vínculo entre a língua materna e a construção da identidade nacional, ele observa que a escolha de uma delas pode colocar em causa o selo da identidade

nacional em cima do qual as independências se fixaram. Os processos de independência confirmaram o mapa desenhado em Berlim, deixando os africanos diante do dilema que foi, e é, legitimar a brutal invenção colonial.

Sem evidentemente desconhecer essas questões, é difícil não reconhecer o papel desempenhado pela literatura na constituição da resistência e na formação de um sentimento identitário que foi essencial na luta anticolonial. Coube à literatura a função de compor um desenho que na forma de fragmentos o colonizador tinha moldado. Na imposição da empresa colonial, os territórios foram delimitados e distinguiam-se na fixação de seus mapas as chamadas áreas úteis e as áreas não úteis, instituindo-se nessa distinção abismos que gerariam a grande incomunicabilidade, um dos fatores que tanto retardou a libertação. A superação dessas fronteiras mostrava-se fundamental e requeria ações também no plano do simbólico, decorrendo daí a crença no investimento da literatura como representação de um projeto de totalização de uma sociedade que se via sob o signo do estilhaçamento. Foi essa a tarefa que os escritores reclamaram para si no processo de luta pela independência em Angola, processo que escolhemos para colocar em debate aspectos de uma situação que de certo modo foi comum entre tantos países africanos.

Concebendo-se como minoria, os escritores angolanos empenharam-se na construção de discursos de resistência, colocando em cena situações, tempos, lugares e personagens mantidos à margem. Contrapondo-se, de diversas maneiras, ao discurso dominante, eles integraram-se à travessia para a independência, dinamizando a utopia que também mobilizou outras formas de luta. Se quisermos encontrar um marco para esse itinerário, podemos chegar ao final dos anos de 1940, período marcado pelo movimento conhecido como “Movimento dos Novos Intelectuais de Angola”, que sintetizava sua proposta na frase “Vamos descobrir Angola”. O verbo ‘descobrir’, utilizado pelo discurso da invasão era, então, apropriado na chave libertária, tal como havia ocorrido já no Romantismo brasileiro e, ainda mais intensamente, no nosso Modernismo. A associação evidenciava-se em aspectos como a opção por temáticas à volta do sentimento nacional que se consolidava, no adensamento de questões no âmbito da identidade cultural, na procura de uma linguagem capaz de exprimir os sentidos da autonomia que reclamavam. Poemas como a “Carta de um contratado” e “O grande desafio”, de Antonio Jacinto, e “Makezu” e “Namoro”, de Viriato da Cruz, são emblemáticos daquela atmosfera que criou uma espécie de arte poética coletiva. A revista *Mensagem* seria uma espécie de veículo preferencial para a disseminação das ideias que iam ganhando materialidade na vida social e política do território. Ao lado de Jacinto e Viriato da Cruz, Agosti-

inho Neto (que viria a ser o primeiro presidente do país em 1975) surge como uma voz poética de grande impacto na elaboração de um lirismo enraizado no momento histórico e no quadro de uma forte tradição cultural. Problemas como a discriminação racial, a exploração social, a subalternização do que seria próprio para valorização do alheio ocupam o universo literário, gerando um léxico muito articulado com o mundo dos excluídos. A frequência de palavras como **monangamba**, **contratado** e **musseque**, por exemplo, indicam a prevalência de um espaço marcado pela carência, pela espoliação. Nas palavras de Ana Paula Tavares:

A poesia constitui-se como a voz particular que organiza e dá sentido a um quotidiano perturbado e o poeta mesmo quando diz: “Não é este ainda o meu poema/ o poema da minha alma e do meu sangue não/ Eu ainda não sei e não posso escrever o meu poema/”, assume o estatuto de uma fala outra perdida nos misseke, recuperada no grande movimento de descoberta da terra” (Tavares, p.129).

No domínio da fatura do texto, nota-se uma espécie de evocação das matrizes da oralidade no modo como os poemas aproximam-se da modulação narrativa, cultivando a possibilidade de contar histórias que tendiam a privilegiar o duro universo do colonizado, inclusive com a convocação de personagens como o contratado, a quitandeira, a prostituta, ou seja, fazendo uso do recurso a uma galeria dos marginalizados que compunham a imagem da injustiça e da desigualdade do quadro colonial. No plano lexical, a preferência por imagens compostas a partir de elementos da natureza angolana refletia uma forma de busca identitária que não poderia prescindir da apropriação do território. Palavras como mulemba, sumaúma, maboque, palancas, salalé e tacula aparecem com frequência a traduzir um intenso sentimento de pertença e de defesa de valores identificados com uma comunidade que começava a ser imaginada, para remeter à concepção de Benedict Anderson.

Na década de 1950, seria o jornal *Cultura* o posto avançado das propostas éticas e estéticas que teriam forte projeção na luta pela mudança. A expressão “fronteira do asfalto”, delimitando a divisão definida por Antonio Cardoso como *Baixa X Musseque*, seria trabalhada com afinco também por Arnaldo Santos e principalmente por José Luandino Vieira. Seguindo as trilhas da poesia, a ficção integrava a constituição de uma vida literária em forte diálogo com a vida política que, entre grandes sobressaltos, teria uma expressão maior

nos acontecimentos de fevereiro e março de 1961¹. O agravamento da situação viria radicalizar o envolvimento dos agentes culturais no processo da libertação. A lista dos intelectuais que foram alvo da repressão era já longa, fato demonstrativo dos perigos que o poder detectava na produção cultural. Com o recrudescimento das tensões, escrever passou mesmo a significar um ato de insurgência. A literatura vê-se empurrada para os espaços de exceção: as obras seriam agora escritas na prisão, na clandestinidade, nos maquis ou no exílio: obras significativas como *Mayombe* e *As aventuras de Ngunga*, de Pepetela, tiveram a guerrilha como local de produção. *Mestre Tamoda*, de Uanhenga Xitu e quase todo o repertório de Luandino Vieira foram escritos na prisão. Sob os efeitos da experiência da asfixia, em confronto com a ideia de liberdade que estava inscrita na luta pela independência, os escritores eram conduzidos pelo desejo de conferir humanidade às pessoas que tinham sido reificadas pela exploração. Tirar os africanos do espaço do limbo a que tinham sido condenados pela literatura colonial tornou-se um compromisso manifesto na reiteração da tendência exercitada nos poemas de fazer dos excluídos os personagens que poderiam dar a conhecer a realidade angolana, movimento que ganhou energia nos contos e romances.

A ficção trouxe também a possibilidade de demarcar simbolicamente espaços de resistência e recomposição identitária. A constituição de um imaginário que apostava na libertação pressupôs a eleição de um local que funcionasse como um porto de abrigo para o projeto de comunhão. Aos elementos da natureza, juntou-se a escolha de Luanda, a capital, recortada em suas zonas suburbanas, captada na dinâmica muito particular de seus musseques, de bairros que espelhavam dilemas, interdições, iniquidades, injustiças impostas especialmente aos negros. A contraposição entre os dois lados, o dos invasores e o dos deserdados, marcava-se nitidamente, numa divisão que muitas vezes colocava às claras o peso da adesão de alguns que escolhiam associar-se ao domínio do privilégio. A professora mestiça que derrama o mal do seu preconceito sobre o menino pobre no conto “A menina Vitória” torna-se uma espécie de ícone que se faz presente em textos seminais como *Nós, os do Makulusu*, de José Luandino Vieira, desvelando o código colonial que emblematicamente marcava a tensão na cidade de Luanda. Na configuração da cidade, a escola, longe de se definir como um local de oportunidade, consubstanciava a distinção, a hierarquia, a discriminação. A fronteira de asfalto desdobrava-se, assim,

¹ Referência ao assalto às prisões de Luanda por nacionalistas e ao ataque aos colonos pelos guerrilheiros da UPA (União dos Povos de Angola).

em espaços interiores, multiplicando os marcos que davam o tom dos contatos, jogando luz sobre a natureza dos cruzamentos das trajetórias das pessoas e dos grupos em circulação nas ruas da cidade. A intensidade dos movimentos que em ritmo acelerado juntava sujeitos anteriormente apartados fazia de Luanda um espaço paradigmático. Rui Bueti, não por acaso em um artigo sobre Luandino Vieira resume:

[...] pode-se ver como o fenômeno urbano congrega todas estas interfluências numa amálgama complexa, que começa pelo choque colonizado/colonizador, entre dois mundos que se excluem mutuamente e que culmina no microcosmo referido. (p. 279)

Na realidade o impulso para a exclusão articula-se com a necessária convivência que coloca em constante tensão os dois mundos. Mais próximos ficamos da verdade quando observamos como os escritores assumiam a função de trazer à superfície o que a linguista Mary Louise Pratt reconheceu como “zona de contato”, enfatizando, como ela defende, o peso das assimetrias que o discurso colado à visão da conquista difundia como padronizado.

Para exprimir essa contraposição à dicção colonial, os escritores encararam o compromisso de encontrar uma linguagem que interna e enfaticamente desse a medida da ruptura entendida como necessária ao corte político. A insurreição pressupunha a consolidação de procedimentos empenhados na subversão linguística materializada na adoção de procedimentos que, sem eliminar por completo aquela traição a que nos referimos páginas atrás, tornava mais palatável a condenação ao uso da língua europeia. A impossibilidade de restaurar a diversidade linguística, permanecia e implicava formas de demarcação que apontavam para a falácia da assimilação. Em *Luuanda*, um livro que marca textual e extratextualmente a história da literatura angolana, Luandino protagoniza a insubmissão levando ao paroxismo a rejeição das estruturas fundamentais da língua portuguesa. Ao torcer a sintaxe, ele impulsiona energeticamente novos arranjos e reconfigura dimensões agudas de encontros coloniais, dando corpo às colisões tributárias tensões e das desigualdades que definem os passos da dominação.

Depois do marco absolutamente decisivo instituído por *Luuanda*, outras obras de tantos autores buscaram novos caminhos no estabelecimento da diferença que o desejo de ruptura agudizava. No plano temático e estrutural *Muana Puó* e *Mayombe*, de Pepetela, apresentam-nos propostas instigantes que, ao avançar a discussão sobre o presente que abordam, encaminham um

sério debate sobre o futuro. Mais tarde, textos como *Quem me dera ser onda*, de Manuel Rui, e *O cão e os calus*, também de Pepetela, fazem-nos enfrentar as limitações e inviabilidades de um processo que, gestado sob a música da utopia, conheceria a dissonância imposta pelas duras sombras da realidade. De qualquer modo, durante muitos anos, a conquista da independência e o de-frontar-se com a aspereza das frustrações que não estavam claramente registradas nos discursos tecidos sob o signo do sonho, réstias de esperança contaminavam o projeto literário e mobilizavam escritores e leitores.

Superando as fronteiras do novo país, essa sensação de vitória sobre o colonizador durante muitos anos deu-nos a nós, os entusiasmados leitores da Literatura Angolana, a convicção de que a escrita ao participar do esforço de subversão da ordem colonial teria recuperado o seu papel sagrado. Nas mãos dos angolanos ela recumpria a função de nomear, ato que conferia sentido às coisas. Como recorda-nos Alfredo Bosi:

O poder de nomear significava para os antigos hebreus dar às coisas a sua verdadeira natureza, ou reconhecê-la. Esse poder é o fundamento da linguagem, e, por extensão, o fundamento da poesia.

Se está também no poder de nomear a faculdade de dar existência às coisas, não há dúvida de que os angolanos, como os africanos em geral, compreenderam bem a relevância da literatura no combate contra a sua subalternização, contra o apagamento de sua presença em etapas fundamentais da transformação do mundo. E hoje, a despeito do tempo que transcorreu para que viessem a impor atraso novas visões das terras e das gentes que vivem na África ou dali vieram, a grande contribuição que tiveram os escritores de Angola e outros países é patente e seria um motivo de celebração. Todavia com os próprios escritores aprendemos que é preciso ter claro que o grande desafio reclama atenção todos os dias. Mesmo internamente, no interior de cada um de seus países, os escritores africanos comprometidos com a resistência revelam na escrita que exercitam que precisam não ceder à tentação de uma nova singularização e insistir na criação dos discursos subversivos que saibam fazer ressaltar a base plural das partes que devem compor o todo.

Referências

ACHEBE, C. **A educação de uma criança sob o protetorado britânico**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

- ACHEBE, C. "The African Writer and the English Language". In: **Morning Yet on Creation Day**, London: Anchor Press, 1975.
- BUETI, R. Contribuição para o estudo da obra de Luandino Vieira. In: LABAN Michel et alii. **Luandino**. José Luandino Vieira e a sua obra. Lisboa: Edições 70, 1980.
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.
- PEPETELA. **As aventuras de Ngunga**. Sao Paulo: Ática, 1980.
- _____. **Mayombe**. Sao Paulo: Ática, 1980.
- _____. **Muana Puó**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- PRATT, Mary-Louise. **Os olhos do império**. Relatos de viagem e transculturação. São Paulo: EDUSC, 1999.
- TAVARES, A. P. Cinquenta anos de literatura angolana. In: **Via Atlântica**, Publicação da Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, n3. São Paulo: USP, 1991.
- THIONGÓ, Ngugi wa. **Developing the Mind: The Politics of Language in African Literature**. Nairobi: East African Educational Publishers, 1981.
- VIEIRA, J. L. **Luanda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. **Nós os do Makulusu**. São Paulo; Ática, 1991.
- XITU, Uanhenga. **Mestre Tamoda e outros contos**. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1985.